



SINAL PLURAL

Ano 4 | nº 16 | Setembro 2013

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

BRASIL MOSTRA

SUA CARA!

PEC 555/2006

A um passo da votação no
Plenário da Câmara

PROTESTOS

População quer serviço
público de qualidade

BANCO CENTRAL

Corte de gastos prejudica
trabalho de servidores

Visite o novo Portal Sinal



ÁREA DOS FILIADOS

REGIONAIS DO SINAL

O Sinal Serviços Jurídico PASBC Notícias Publicações Eventos Fique por dentro Contato

Buscar

EM DESTAQUE



HISTÓRICO

25 anos

EM PAUTA



i

Credibilidade do BC (Valor) | Juro futuro deixa de projetar Selic a 10% no fim do ano (Valor)

PASBC

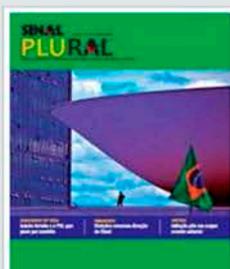
Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central



Saúde BC

Você terá acesso à consulta dos prestadores de serviços credenciados do Programa de Saúde dos Servidores do Banco Central - PASBC. Você pode também pesquisar com o nome ou parte do nome do prestador, com o município ou o bairro onde você deseja o atendimento.

PUBLICAÇÕES



Outras publicações:

- Apito Brasil
- Apito Carioca
- Sinal PE
- Boca Paulista
- Apito Brasil QVT
- Sinal Aberto
- Sinal-DF Informa
- Sinal DASGERAIS
- PASBC Expresso

2ª feira, 9 de setembro de 2013

APITO BRASIL

Edição 108 - 4/9/2013

Servidores protestam contra corte de despesas no Banco Central

Edição 107 - 3/9/2013

A aposentadoria é um direito inalienável do servidor

JURÍDICO



- SUAS AÇÕES
- AÇÕES DO SINAL
- NOTÍCIAS
- PERGUNTAS FREQUENTES
- LEGISLAÇÃO

FILIE-SE AO SINAL

Venha fazer parte desta história.

CLIQUE AQUI !

O Sinal Serviços Jurídico PASBC Notícias Publicações Eventos Fique por dentro Contato

TOPO

Expandir o Mapa do Site



Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

Desenvolvimento



www.sinal.org.br



Desde a última edição da Sinal Plural, o Brasil vive um período de tensão. Manifestações, iniciadas em defesa do passe livre no transporte público para estudantes, ganharam vulto, espalharam-se pelo território nacional e já ocuparam plenários dos parlamentos municipais de várias cidades, e até estaduais, como ocorreu na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a ponto de invadirem a Câmara dos Deputados.

O Executivo federal chamou para si alguns dos aspectos colocados nas ruas, entre eles, a indignação cidadã com o escárnio que, muitas vezes, recebemos dos eleitos para nos representar nas Casas do Povo. Propôs constituinte exclusiva, posteriormente substituída por plebiscito, para discutir a reforma política. Nada disso andou.

Enquanto a Ação Penal 470 (mensalão) continua com o julgamento de recursos e embargos no Supremo Tribunal Federal, o tema que ganhou maior contorno na discussão de reforma é a do financiamento público das campanhas eleitorais. Pelo menos foi isso que pareceu ter captado dos protestos a gestão da presidente Dilma Rousseff.

Do nosso lado, o de cidadãos e servidores públicos, compreendemos que as vozes pedem dignidade! Dignidade na prestação de serviços pagos com nossos impostos. Dignidade para oferecer educação e saúde conforme determina nossa Carta Magna. Dignidade, no Congresso Nacional, para que ali **se defenda os reais interesses do povo brasileiro.**

Dignidade! É simplesmente isso o que jovens, adultos, crianças e idosos defendem. Que, de uma vez por todas, nossos representantes – eleitos – incorporem em suas ações cotidianas.

No entanto, a Presidência da República, como se pode ver nas portarias 77.832 e 77.833 do Banco Central, de 13 de agosto, parece assimilar o contrário, mandando cortar gastos que são fundamentais para a funcionabilidade do Estado. A ordem que manda diminuir o número de viagens de servidores, impressoras e pessoal da segurança, entre outras medidas, deverá prejudicar o serviço de fiscalização, do controle de meta de inflação, de operações com o mercado, colocando em risco operações sigilosas e a própria segurança da autarquia.

Também nesse período, o movimento sindical mobiliza-se para tentar impedir a aprovação do projeto que amplia a precarização do trabalho, aumentando consideravelmente a terceirização em vários segmentos profissionais dos setores público e privado.

Ainda aguardando a assinatura do líder do PT na Câmara em requerimento para levar a PEC 555/2006 à votação em plenário, fechamos esta edição um pouco mais otimistas com a instalação da comissão especial que vai analisar a PEC 147/2012, do deputado Amaury Teixeira.

Finalmente, os subsídios dos servidores do Banco Central, um dos corpos funcionais mais fundamentais ao bom funcionamento do Estado, serão discutidos, no Parlamento. A proposição poderá noselevar ao Topo do Executivo!

Boa leitura!

Daro Marcos Piffer
Presidente Nacional do Sinal

EXPEDIENTE

Sinal Plural

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal)

Sede Nacional

SCS Quadra 01 - Bloco G sala 401 - Térreo
Ed. Baracat – Asa Sul – Cep 70.309-900
Brasília - DF | Telefone: (61) 3322-8208
nacional@sinal.org.br | www.sinal.org.br

Diretoria Executiva Nacional - Biênio 2013/2015

Presidente

Daro Marcos Piffer (São Paulo)

Diretor de Comunicação

Gustavo Diefenthaler (Porto Alegre)

Diretor Secretário

Epitácio da Silva Ribeiro (Salvador)

Diretor Financeiro

Luiz Carlos Alves de Feitas (Curitiba)

Diretor Jurídico

Jordan Alisson Pereira (Curitiba)

Diretor de Assuntos Previdenciários

Sérgio da Luz Belsito (Rio de Janeiro)

Diretor de Relações Externas

Luis Carlos Paes de Castro (Fortaleza)

Diretor de Estudos Técnicos

Eduardo Stalin Silva (São Paulo)

Diretor de Assuntos Intersindicais

Iso Sendacz (São Paulo)

Diretor de QVT

José Vieira Leite (Rio de Janeiro)

Presidentes Regionais

Belém - José Flávio Silva Corrêa

Belo Horizonte - Mauro Cattabriga de Barros

Brasília - Max Meira

Curitiba - Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Fortaleza - Uverlan Rodrigues Primo

Porto Alegre - Gustavo Diefenthaler

Recife - Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

Rio de Janeiro - Sérgio da Luz Belsito

Salvador - Epitácio da Silva Ribeiro

São Paulo - Aparecido Francisco de Sales

Conselho Editorial

Daro Marcos Piffer

Gustavo Diefenthaler

Sérgio da Luz Belsito

Myrian Luiz Alves (jornalista responsável)

Equipe da Sinal Plural

Editora / Jornalista Responsável

Myrian Luiz Alves (MTb 26891/95 - SP)

Designer Gráfico

Michelle Callegário da Silva

Suporte

Edemilson Santos Tavares

Jorge Manoel Custódio Júnior

Ficha Técnica

Impressão - EDISONHO EDITORA LTDA.

Tiragem - 4000 exemplares

Impresso em Papel Couchê - Capa - 180gr | Miolo - 90gr

BANCO CENTRAL

Em defesa da Nação e do Banco Central do Brasil!

7

SAÚDE

- O poder da linhaça

8

FONACATE

Botem fé nos servidores públicos

11

SINAL

- Sinal é recebido no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

13

- Diretoria Executiva Nacional do Sinal (2013-2015)

TURISMO

Aruanã, entrada para o Vale do Araguaia

20

JURÍDICO

- Ação dos 28,86%

23

CONGRESSO

- Comissão Especial da PEC 147/2012 é instalada na Câmara

25

- PEC 555 - Não existem mais razões para proteção

ECONOMIA

- Proposta prevê prisão para organizadores de pirâmides financeiras

31

- Fazenda convoca bancos privados a financiar projetos

PRATA DA CASA

Mônica Botafogo, *in memoriam*

35

CULTURA

Dirigente do Sinal RJ coordena projeto que preserva memória do Mestre do Choro

37

MUNDO / QUALIDADE DE VIDA

Focos para a qualidade de vida

39

LITERATURA INFANTIL

Criança tem de imaginar – e revirar

42



Barrar o projeto da terceirização

O trabalhador, enquanto prestador de serviços, é um homem livre cuja inserção na atividade produtiva funciona como um contrato de adesão. A lei agrega um conjunto de condições que se tornam as regras mínimas do relacionamento entre empregado e empregador, postas como vontade do Estado. Revestidas deste interesse de ordem pública, tais cláusulas são ordens do Estado e não podem ser renunciadas pelos trabalhadores.

O contrato de trabalho foi uma das mais importantes conquistas da classe trabalhadora. Um processo de lutas travadas em condições desiguais marcada por contradições foi assegurando cada direito, como a jornada de trabalho, o repouso semanal remunerado, férias, indenizações pela dispensa, 13º salário. Nada foi obtido sem luta.

...

A maior devastação é produzida pela desconstrução do átomo básico do Direito do Trabalho, que é a relação de emprego protegida juridicamente, entre o prestador e o tomador dos serviços: o Contrato de Trabalho. Tal processo iniciou-se com a chamada terceirização.

A terceirização impede a geração de mais vagas de trabalho; impõe salários mais baixos (em média 27% menor); aumenta o número de acidentes e mortes; jornada maior de trabalho; aumenta a rotatividade; impede a criação de empregos, além da falta de representação sindical.

...

Estamos diante de uma nova ofensiva patronal. O Projeto de Lei 4330/2004 prevê a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade de determinada empresa, sem estabelecer limites ao tipo de serviço que pode ser alvo de terceirização.

Atualmente, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que rege a terceirização no Brasil, proíbe a contratação para atividades-fim das empresas,

mas não define o que pode ser considerado fim ou meio.

Ele representa praticamente o fim das categorias formais

reguladas por acordos e convenções coletivas negociadas pelos sindicatos, jogando por terra toda a história de luta dos trabalhadores.

É um ataque à própria Constituição Federal, que assegura o valor social do trabalho como base estruturante da sociedade brasileira. O PL 4330 reduz direitos dos trabalhadores, porque vai ampliar a terceirização de forma ainda mais precária e, com isso, reduzir o número de filiações aos sindicatos, pulverizá-las, dificultando a organização e a luta da classe trabalhadora por seus direitos, melhores condições de trabalho e salário.

E essa luta é feita pelos sindicatos e centrais, que são os legítimos representantes dos trabalhadores. É fundamental arquivar o PL 4330 e impedir este ataque patronal aos direitos da classe trabalhadora.

(Editorial, Brasil De Fato, 22/08/2013)

Em defesa da Nação e do Banco Central do Brasil!

O corte das despesas correntes, recentemente anunciado pelas portarias 77.832 e 77.833 e emendado, também no dia 13 de agosto, pelo Comunicado da Diretoria Colegiada de Adequação Orçamentária no Banco Central, originado por Portaria do Ministério do Planejamento expedido em 30 de julho, mostra a irracionalidade das medidas que inviabilizam o cumprimento de nossas obrigações cotidianas, prejudicando, como um todo, o papel fundamental de um dos corpos funcionais mais importantes do país.

No comunicado, a diretoria colegiada reconhece que os cortes “exigirão grande esforço da organização” e espera “que a prestação dos serviços essenciais à sociedade seja mantida, contando com a força de trabalho, o compromisso e a competência do nosso corpo funcional”.

Ou a diretoria está equivocada ou reconhece e supervaloriza nossa capacidade de trabalho a tal ponto que nos considera dotados de “poderes sobrenaturais”. Afinal, como manter a prestação de serviços com a suspensão de viagens a serviço; cancelamento de trabalhos de fiscalização; limitação na utilização do sistema de telefonia e no acesso à internet, afetando a comunicação entre as unidades do Banco; restrição do uso das impressoras; eliminação do apoio de terceirizados e estagiários, que serão praticamente eliminados por completo, e diminuição do horário de iluminação; sem considerar a desativação da rede de contingência de dados que põe em grave risco a conformidade deles.

E o clima organizacional? Será que a diretoria acredita que permanecerá o mesmo, no momento em que

passarmos a enfrentar filas para imprimir uma única folha? Quando os banheiros permanecerem sujos? Quando formos obrigados a acender uma lanterna para sair do prédio com segurança, com as dificuldades que advirão com o retorno repentino ao século passado para resolver detalhes comuns de nosso cotidiano, como pagar uma conta, cuidar da casa e dos filhos, solicitar uma informação, etc...

O bom senso determina que “ordem errada não se cumpre” ou, no mínimo, que se lute de todas as formas para alterá-la. Mas, quase três semanas após a publicação das portarias, a Administração, além de não questioná-las junto ao Ministério da Fazenda ou à própria Presidente, cumpre-as com extrema docilidade, presteza e até exagero, não avaliando corretamente todas as repercussões, tanto internas como externas.

O Governo Federal vem, há tempos, descaracterizando a Administração do Banco Central. Se, de um lado, dá um ar de autonomia à instituição ao permitir-lhe a formulação das políticas monetária e de combate à inflação com ingerência moderada, por outro descumpre flagrantemente a Lei das Autarquias que prevê gestões financeira e administrativa descentralizadas, para melhor executar suas atividades.

O corte na despesa de custeio sem a devida contrapartida nas despesas de investimento é, também, insensato ao manter o aumento da estrutura com novos projetos e, ao mesmo tempo, destruir, por falta de verbas para manutenção, a estrutura existente. Dentro do Banco Central, por exemplo, vê-se o absurdo de executar-se uma reforma em uma determinada regional para receber uma única reunião da

diretoria enquanto os servidores do banco não terão condições mínimas de trabalho.

A Lei Complementar 105/2001 dispõe, em seu artigo primeiro, que “As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados”. Se pensarmos em apenas uma das medidas tomadas, de redução da quantidade de impressoras, já estamos colocando em risco o cumprimento desse artigo, pois não se poderá controlar de forma segura o sigilo da documentação impressa. Esse risco, sem dúvida recairá sobre nós próprios, servidores.

Além do mais, carece de justificativa o porquê de um corte tão severo, ao final do ano fiscal, quando se sabe que a receita orçamentária vem sendo cumprida conforme prevista e, logicamente, o mesmo acontece com as despesas. Falta fundamento que sustente esta medida.

Ao invés de impor freios à imoralidade que toma conta do ambiente político, a medida de “contenção de gastos” do Executivo vem no sentido imediatamente contrário. Ao mandar diminuir a quantidade de viagens das equipes de fiscalização para, absurdamente, reduzir valores gastos com diárias, facilita-se a prática dessa chaga que atrasa o Brasil. No lugar de melhorar a qualidade do serviço prestado à população, bloqueia-se o acesso à internet, prejudicando as pesquisas, elaboradas pelo órgão, que garantem a boa condução da política econômica. Com esse tipo de procedimento, o Governo prova que não compreendeu o protesto das ruas, que grita pela melhoria da prestação dos serviços públicos à população.

Sentimos vergonha ao saber que, ao não reagir à incoerência das portarias, a Administração descumpra sua primeira e mais valiosa obrigação: defender o Estado brasileiro, no qual o Banco Central do Brasil é peça fundamental!

Tristemente, comporta-se como capataz, como se,

de um momento para o outro, não sustentasse mais o orgulho que temos de atuar, como trabalhadores do Estado, nessa fundamental autarquia.

O que quer o Executivo? Se o corte é geral, por que não se observa revolta nos servidores públicos de outros órgãos? Será que mais uma vez, o Banco Central está sendo mais realista que o rei, o único a cortar na própria carne até sangrar? Onde está a indignação da Administração e do próprio presidente, ministro Alexandre Tombini, servidor de carreira do Banco Central do Brasil?

SECRETARIA DA DIRETORIA

COMUNICADO

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DIMINUIÇÃO DE GASTOS NO BANCO CENTRAL

O Orçamento de Custeio do Banco Central, aprovado para 2013, totalizava R\$202,8 milhões. Entretanto, em virtude de determinação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a dotação orçamentária foi reduzida para R\$155,7 milhões, levando à necessidade de reduzir gastos no montante de R\$47,1 milhões, o que representa uma diminuição de 23,2% frente ao montante anteriormente autorizado.

Principais medidas:

- suspensão de viagens a serviço;
- redução do número de aparelhos celulares institucionais;
- redução dos serviços de dados 3G (via *modem* portátil);
- redução da quantidade de impressoras disponíveis e estabelecimento de quotas de impressão;
- redução de postos de trabalho supridos por trabalhadores terceirizados;
- dispensa de todos os estagiários pagos com recursos do Orçamento Geral da União (OGU);
- cancelamento dos serviços de *clipping* de jornais, revistas e TV;
- cancelamento do serviço de análise editorial e de auditoria de imagem (TDM e Termômetro);
- cancelamento das assinaturas de jornais, revistas e periódicos;
- diminuição dos postos de trabalho do contrato de assessoria de imprensa;
- diminuição dos postos de trabalho de *designers* gráficos, *web designers* e revisores;
- interrupção da transmissão de eventos pela TV Bacen na internet;
- suspensão da realização de ações publicitárias até o final do ano;
- redução de 25% na prestação de serviços de transportes na praça de Brasília, incluindo o cancelamento do transporte exclusivo para diretores;
- redução de 50% dos veículos de serviço;
- redução de 25% no contrato de limpeza em Brasília;
- redução de consumo de energia elétrica, com restrição de horário de iluminação e ar condicionado;
- desativação da rede de contingência de dados, CFTV, canal de voz e videoconferência com as regionais;
- limitação do acesso à internet a partir das estações de trabalho (*desktops*) da sede

O poder da LINHAÇA

Alguns alimentos deveriam fazer parte de nossa rotina, assim como o arroz e feijão de cada dia. Comer frutas e legumes parece que virou uma obrigação a partir da constatação da obesidade.

A dica desta edição é sobre uma semente que já foi utilizada apenas para confeccionar tecidos, o linho e, mais tarde, para enriquecer a ração animal.

Rica em proteínas, a linhaça deve ser consumida com moderação, começando com uma colher de chá e, após um tempo, por ser rica em fibras, não ultrapassar duas colheres de sopa.

Os benefícios da linhaça são observados quando ela é consumida triturada, já que ela passa sem sofrer digestão no trato gastrointestinal porque sua casca é resistente à ação do suco gástrico. Também pode ser utilizada no último cozimento do feijão ou sopa.

Considerada um alimento funcional por ser fonte de ômega 3, fibras e lignana, estudos também comprovam seus efeitos no controle e prevenção de risco de

doenças cardiovasculares. Atua na diminuição dos sintomas de TPM e as fibras auxiliam no controle de peso e regularização do intestino.

O ômega 3 é uma gordura insaturada, aliada à saúde do coração. Estudos mostram que o consumo de linhaça reduz o colesterol total e o LDL colesterol e a pressão arterial, confirmando seu efeito cardioprotetor.

Sua ação antioxidante, a faz potente contra a formação de placas de ateroma, além de reforçar o sistema imunológico. Por seu efeito anti-inflamatório, é utilizada também no tratamento de artrite e dermatite.

Coadjuvante no tratamento da depressão, melhora as funções mentais de idosos e de pessoas com problemas de conduta (esquizofrenia).

Estudos demonstram que o ômega 3 presente na linhaça atua na prevenção de demência e mal de Alzheimer.

Já a lignana atua no combate a sintomas de TPM e também protege contra câncer de próstata.



Um modo fácil de quebrar as sementes é passá-las em um liquidificador na tecla pulsar, para que não vire pó. Deve ser guardada em pote bem fechado no refrigerador, e ao abrigo da luz por até três dias.



Rica em fibras, a semente previne problemas intestinais

As sementes auxiliam no combate aos sintomas da TPM e menopausa e a prevenir o surgimento de câncer de mama, principalmente se combinadas as isoflavonas da soja.

Estudos com mulheres mostram o papel da linhaça na manutenção da saúde óssea e também seu efeito na redução de risco de câncer hormônio dependente.

As fibras da linhaça auxiliam na perda de peso, pois absorvem água, formam um gel que retarda o esvaziamento do estômago, aumentando a saciedade.

Esse gel aumenta o volume do bolo fecal, regulariza o funcionamento do intestino e previne o câncer colorretal e ainda auxilia no controle das taxas de glicose sanguíneas, diminuindo o risco de diabetes.

Existem dois tipos de semente de linhaça: dourada e marrom. A marrom, nativa da região mediterrânea, já está adaptada ao solo brasileiro, e ao clima quente e úmido. Apresenta casca um pouco mais dura e resistente, o que pode diminuir a biodisponibilidade dos seus nutrientes.

A dourada cresce em climas frios. Geralmente é importada do Canadá. Tem a casca mais fina e seu sabor é mais suave do que o da linhaça marrom.

Estudos já demonstram que não existe diferença significativa na atividade antioxidante e quantidade de nutrientes nos dois tipos de linhaça. Os dois tipos tem teores similares de ômega 3.

(Informações: www.mundoverde.com.br)

RECEITA

Bolo de cenoura vegano

Ingredientes

1 cenoura grande picada
 3 colheres (de sopa) de sementes de linhaça
 9 colheres (de sopa) de água
 1/2 xícara (de chá) de óleo vegetal
 2 colheres (de sopa) de extrato de soja
 2 xícaras (de chá) de farinha de trigo
 1/2 xícara (de chá) de água
 1 xícara (de chá) de açúcar
 1 colher (de sopa) de vinagre branco
 1 colher (de sopa) de fermento

Modo de Preparo

Bata a linhaça no liquidificador até ficar bem triturada e coloque em uma vasilha, acrescentando 9 colheres de sopa de água. Misture e deixe descansar por 15 minutos.

Após este tempo, bata juntamente com esta mistura de linhaça, a cenoura, a água, o extrato de soja e o óleo. Bata até ficar homogêneo.

Despeje a mistura em uma vasilha e acrescente a farinha de trigo, o açúcar e o vinagre, misture bem, acrescente o fermento e misture novamente.

Unte uma assadeira com óleo e farinha, e coloque a massa. Asse em forno médio pré aquecido por cerca de 30 minutos, ou até ficar no ponto. Para ver se está no ponto, fure com um garfo e se não tiver massa grudada nele, está pronto!

Cubra com o chocolate que preferir!





Yacon:

a boa batata

Com o formato parecido com o da já conhecida batata-doce, é originária dos Andes e tem sabor adocicado, que muitos associam ao da pêra.

“Ela é ótima para diabéticos”, afirma a nutricionista funcional Érika Almeida, da consultoria VitaleNutri, em matéria publicada no *Portal IG*. Com apenas 22 calorias a cada cem gramas, contra 64 da mesma quantidade da batata inglesa, controla a glicemia e ajuda a diminuir o colesterol.

O diferencial da *yacon* é que ela é aliada de quem tem diabetes do tipo 2, distúrbio desencadeado por alimentação muito açucarada e sem origem genética, como o diabetes tipo 1. “Diferente de outros alimentos, essa batata tem o fruto-oligossacarídeos (FOS), um tipo de açúcar que o organismo é praticamente incapaz de absorver”, explica Érika.

“O diabético tem resistência à insulina, então, se ele come alimentos de alto índice glicêmico como o macarrão e a batata comum, isso eleva a taxa de açúcar no sangue. Essa batata não eleva esse nível, assim como a abóbora, a cará e outras raízes”, ensina a especialista.

Os benefícios da *yacon* não param por aí. Segundo o nutricionista clínico e funcional Fábio Bicalho, estudos sugerem que o tipo de açúcar contido nela também ajuda a reduzir o colesterol.

Ela ainda é rica em prebióticos, substâncias que favorecem a saúde da flora intestinal e combatem a prisão de ventre, e tem inulina, uma fibra alimentar solúvel presente também em vegetais como a alcaçofra, aspargo e alho-poró, entre outros.



Suco de maçã com *yacon*

1 maçã com casca – retire as sementes e talo, 1 *yacon* sem casca, 1 colher de sopa de sementes de linhaça e ½ copo de água filtrada ou gelo a gosto. Bata no liquidificador e tome em seguida.

Bicalho acrescenta que a batata aumenta a absorção de minerais no organismo, por ser fonte de ferro, fósforo, sódio, potássio e cálcio.

“Ela melhora o ambiente e a permeabilidade da mucosa intestinal ajudando na absorção de nutrientes”, esclarece.

“Pode substituir a cenoura em um bolo, adicionada em sucos verdes ou até mesmo consumida cozida. Se for para usar em sopas, é ideal que a base da sopa seja feita com outros ingredientes”, aconselha Érika, que costuma indicar o alimento para pacientes que buscam uma alimentação mais equilibrada, crianças e idosos.

“A *yacon* tem de ser utilizada numa dieta equilibrada e associada nas receitas, como em um bolo que não eleva as taxas de açúcar no sangue”, exemplifica. A nutricionista orienta: a batata é mais facilmente encontrada em feiras livres do que em supermercados.

Botem fé nos servidores públicos

Na quarta-feira, 7 de agosto, o seminário “O papel das carreiras de Estado na reforma política” debateu pontos importantes que devem ser considerados nessa reforma.

O povo brasileiro quer serviço público de qualidade. Esse foi um dos recados das ruas durante os recentes movimentos que tomaram espaços públicos pelo Brasil afora. Apenas com a colaboração de servidores públicos capacitados e valorizados, essa meta poderá ser alcançada. Mais do que palavras do governo, brasileiros e brasileiras exigem ações concretas. Merecem aplausos os que fizeram essa pauta voltar ao centro dos debates. O país da desigualdade social, da alta carga tributária, da impunidade e da falta de infraestrutura cansou de esperar por decisões políticas e saiu às ruas.

Chegou a hora de ouvir o clamor popular, de envolver a cidadania nas decisões políticas e de criar canais para a participação social. O Congresso Nacional está empenhado em votar uma reforma política. As carreiras típicas de Estado acreditam que é o momento de contribuir com o tema. Na quarta-feira, 7 de agosto, o seminário “O papel das carreiras de Estado na reforma política” debateu pontos importantes que devem ser considerados nessa reforma.

Ao contrário de muitos, os servidores das carreiras típicas de Estado estão otimistas e apoiarão os parlamentares e a população brasileira na construção de uma agenda positiva, com debates e ações que possam resultar num país melhor para todos, com a política valorizada e respeitada.

Os servidores públicos têm uma responsabilidade especial na sociedade. O Estado deve proporcionar ao cidadão e à cidadã um serviço público eficiente que atenda às suas necessidades e conveniências. E como se faz isso?

O Fonacate acredita que é com servidores públicos bem valorizados e vistos pelo governo como os verdadeiros agentes de transformação a serviço da cidadania.

Governos, botem fé no serviço público! Valorizem o concurso público, defendam a meritocracia e vamos em busca de soluções para os problemas graves de estrutura e pessoal nas instituições, situação que prejudica a excelência dos serviços prestados à sociedade.

“

Os servidores públicos têm uma responsabilidade especial na sociedade. O Estado deve proporcionar ao cidadão e à cidadã um serviço público eficiente que atenda às suas necessidades e conveniências.

”



O Fonacate e as carreiras que o compõem estão em sintonia com a sociedade, não só sobre a questão da qualidade do serviço público, como também sobre outros temas de grande repercussão cobrados nas ruas. As carreiras de Estado querem cada vez mais dar a mão à cidadã e ao cidadão brasileiros pela efetiva qualidade do serviço público e pelo controle transparente dos gastos dos órgãos estatais. A qualidade do serviço que brasileiros e brasileiras têm o direito de exigir também passa pelo combate à corrupção e pela erradicação do trabalho escravo e infantil.

Há anos os servidores públicos das carreiras típicas de Estado cobram ações para garantir a qualidade dos serviços públicos. Até agora sem soluções efetivas. Nos serviços públicos federal, estaduais, distrital e municipais, os profissionais dessas carreiras observam a ausência de uma política de recursos humanos, a carência de pessoal em diversas áreas, a precarização dos serviços públicos com terceirizações e contratações temporárias, e diversas outras situações.

Essas carreiras desempenham atividades de órgãos como Ministério Público; Departamento de Polícia Federal; agências reguladoras; fiscalizações tributária, agropecuária e de relação de trabalho; arrecadação, finanças e controle; advocacia pública da União; política monetária; planejamento e orçamento; e gestão pública. Esses profissionais são os principais responsáveis pelo combate à corrupção e ao fomento à participação democrática da sociedade

civil no planejamento, no controle e na avaliação das políticas e dos atos públicos.

Os servidores públicos que integram as carreiras típicas de Estado sabem que estão a serviço tanto do Estado quanto da sociedade. O esforço desses profissionais não é suficiente. É preciso vontade política e capacidade de gestão nos mais altos níveis de cada um dos poderes da República.

Os brasileiros e brasileiras têm direito a serviço público de qualidade, segurança pública e infraestrutura eficientes, e boa parte desses serviços, inclusive com qualidade, são desempenhados pelos servidores das atividades exclusivas de Estado. As também chamadas carreiras típicas de Estado exercem atribuições relacionadas à expressão do poder estatal e não possuem correspondência no setor privado. Integram o núcleo estratégico do Estado e por isso requerem maior capacitação e responsabilidade dos servidores.



Roberto Kupski | Presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). Artigo publicado originalmente no site do Fórum em agosto.



Sinal é recebido no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Na tarde de 16 de agosto, o Sinal foi recebido pelos secretários Executivo, Paulo Roberto dos Santos Pinto, e de Relações do Trabalho do MTE, Manoel Messias dos Santos Melo. A delegação do Sinal foi composta também pelo presidente Daro Piffer e os diretores Iso Sendacz (Relações Intersindiciais) e Jordan Alisson (Jurídico).



Presidente do Sinal, Daro Piffer (centro), com dirigentes do sindicato e do MTE

A regulamentação do artigo 192 da Carta Magna, ponto principal da pauta apresentada ao Ministro do Trabalho em 25 de julho, foi discutida na primeira parte do encontro.

Apresentamos nosso compromisso, enquanto servidores de carreira de Estado, com a construção de um sistema financeiro cidadão e com a promoção do desenvolvimento equilibrado do país e atendimento às necessidades da coletividade. Os Secretários, interessados no tema, apresentaram situações de relações trabalhistas que envolvem aspectos do sistema financeiro.

Ao expor o andamento da regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Manoel Messias afirmou que cinco Ministros estão

encarregados das articulações com as centrais sindicais e enviar projeto de lei ao Congresso.

Explicou que, apesar da urgência, o processo é complexo e pode demorar um pouco. O Secretário Executivo do Ministério, disse que é preciso encontrar um equilíbrio na questão paredista. Segundo ele, “a lei não pode ser contra ou a favor de greve”.

Discutiu-se, ainda, em relação às distorções existentes entre as carreiras e cargos do Banco Central, explicando que a exclusividade da ação jurídica decorre da necessidade de se preservar o sigilo bancário. O Secretário de Relações de Trabalho, adiantou que cabe ao

Ministério do Planejamento, em especial à Secretaria de Gestão, eventual reestruturação de carreiras. O Secretário Executivo do MTE dispôs-se a intermediar conversas com aquele Ministério.

Os dirigentes do sindicato também comentaram, no encontro, o andamento das proposições de interesse da categoria no Congresso, com ênfase na equiparação de direitos com a iniciativa privada. Foram destacadas as propostas de Emenda à Constituição 555/2009 e 147/2012. Manoel Messias comprometeu-se em levar essas discussões ao ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias.

Diretoria Executiva Nacional do Sinal (2013-2015)



PRESIDENTE

Daro Marcos Piffer (São Paulo)

Engenheiro Mecânico com ênfase em Automobilística pela Faculdade de Engenharia Industrial de São Bernardo do Campo (SP), MBA em Economia do Setor Financeiro (Fipe/USP) e mestre em Administração, na linha de Finanças (FGV), o presidente nacional do Sinal trabalhou por 15 anos no setor privado, do setor automobilístico ao da construção civil, até ingressar no Banco Central em 1998.

Também professor, ministrou aulas de Finanças, Risco Financeiro, Mercado Financeiro, Regulamentação Bancária e Produtos Bancários para cursos de MBA em *Banking* ou em Finanças para várias universidades.

No Banco Central, atuou na área de supervisão bancária, em equipe especializada em Operações de Tesouraria e Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez.

No Sinal, foi Presidente da Regional São Paulo no período 2003-2007, Secretário nacional entre 2000 e 2001 e diretor nacional de Estudos Técnicos de 2004 a 2007.



DIRETOR SECRETÁRIO

Epitácio da Silva Ribeiro (Salvador)

Economista pela Universidade Católica de Salvador (UCSal), é pós graduado em Finanças pela PUC-RJ. Entre 1987 e 2003, trabalhou na iniciativa privada nas áreas de planejamento, financeira e de projetos.

Servidor do Banco Central a partir de 2003, é conselheiro do Sinal Salvador desde 2007, do qual foi diretor de Relações Internas até 2011. Atualmente exerce o segundo mandato de presidente daquela seção regional. No Bacen, atuou nas áreas de crédito imobiliário, risco operacional, direito do consumidor e Cosif e nos projetos de convergência contábil e de inclusão financeira, no Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor).



FINANCEIRO

Luiz Carlos Alves de Freitas (Curitiba)

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Direito (Unicuritiba), especializou-se em planejamento governamental, Administração e em Finanças (PUC-PR).

Ex-diretor nacional de Assuntos Jurídicos (2011-2013), foi presidente do Sinal Curitiba por duas gestões. Este é o seu segundo mandato como diretor Financeiro nacional do Sinal.

Após trabalhar em variados setores públicos e empresariais, ingressou no Bacen como auditor, atuando na área de fiscalização: Bancária, Mercado de Capitais, Crédito Rural e comissões de Inquérito sob intervenção da autarquia.



ASSUNTOS JURÍDICOS

Jordan Alisson Pereira (Curitiba)

Formado em Direito e em Administração pela UFPR, e especialização em Direito Público pelas Faculdades Integradas do Brasil. Entre 1994 e 1998, trabalhou na Procuradoria da República no Paraná, onde gerenciou a área de pessoal e foi responsável pela área de licitação.

É analista do Banco Central desde 1998, em atividade no Departamento do Meio Circulante (Mecir). Atuou nas seções de Curitiba, Fortaleza e Porto Alegre.

Entre suas atividades sindicais, foi diretor do Jurídico das regionais Curitiba (2007-2008) e Fortaleza (2011). Além de diretor Jurídico no Sinal Nacional, exerce a diretoria da área novamente na Regional Curitiba, onde também é vice-presidente.

COMUNICAÇÃO



Gustavo Diefenthaler (Porto Alegre)

Há 13 anos servidor do Bacen, formou-se em 1988, nos cursos de Publicidade e Propaganda da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) e da Faculdade dos Meios de Comunicação Social (Famecos).

Mestre em Administração e em Marketing na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), foi diretor nacional de Comunicação do Sinal entre 2012 e 2013, sendo eleito para a atual gestão.

Na Regional Porto Alegre, onde é conselheiro desde 2003, foi diretor de Relações Externas (2005), diretor Secretário (2007-2009) e presidente (2009 -2012). Vice-Presidente da regional desde 2012, integra o Conselho Editorial da Revista *Por Sinal* desde maio de 2003.



RELAÇÕES EXTERNAS

Luís Carlos Paes de Castro (Fortaleza)

Engenheiro e pós-graduado em Informática pela Universidade Federal do Ceará (UFC), participou do movimento estudantil dos anos 70. Como presidente do DCE de sua universidade, integrou em 1979 o congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em Salvador. Militante político há mais de três décadas, é presidente do Comitê Municipal de Fortaleza do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Foi programador e analista de sistemas por mais de 15 anos na iniciativa privada. Como presidente da Associação dos Profissionais de Processamento de Dados em meados dos anos 1980, participou do congresso de organização da Comissão Nacional Pró-CUT, em 1981.

É servidor do Banco Central desde 1994, trabalhando atualmente na fiscalização não bancária. Há 16 anos integra o conselho do Sinal Fortaleza, do qual foi presidente por dois mandatos. Participou do Conselho Editorial da *Por Sinal* e exerceu a Diretoria nacional de Assuntos Previdenciários em 2003, ano da reforma da Previdência.



ESTUDOS TÉCNICOS

Eduardo Stalin Silva (São Paulo)



Formado em Engenharia Eletrônica, com especialização em Economia, Estatística e Administração, trabalhou, no setor privado, em marketing, projetos, vendas e implantação de soluções na área de telecomunicações. Foi consultor em gestão e planos de negócios.

Servidor do Banco Central desde 2003, foi presidente do Sinal São Paulo na gestão 2007-2009.

No Sinal Nacional, exerceu os mandatos de diretor de Assuntos Previdenciários (2011-2013) e de Estudos Técnicos entre 2009 e 2011.

ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Sérgio da Luz Belsito (Rio de Janeiro)



Ex-presidente nacional do Sinal por quatro mandatos, entre 2001 e 2005, 2009 e 2011 e, no último biênio, 2011-2013, e diretor de assuntos previdenciários no período de 2005 a 2009, é servidor do Banco Central desde 1976.

Trabalhou nas áreas de fiscalização do mercado financeiro e bancário, exercendo inclusive as seguintes funções de chefia de divisão, interventor e liquidante extrajudicial.

Um dos fundadores do Sinal, exerceu a presidência da Regional carioca de 2005 a 2009, cargo para o qual foi novamente eleito neste ano.

Indicado pelos sindicatos, integra o Conselho Consultivo de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).





RELAÇÕES INTERSINDICAIS



Iso Sendacz (São Paulo)

Engenheiro, desde 2006 é especialista do Banco Central. Ingressou no mesmo ano na vida sineleira, estando em seu quarto mandato como conselheiro da Regional SP.

Militante político, integra os conselhos do Instituto Cultural Israelita Brasileiro e da Fundação Claudio Campos, além de presidir o Conselho Fiscal do Partido Pátria Livre. Está no segundo mandato consecutivo na Diretoria nacional de Relações Intersindicais.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT)

José Vieira Leite (Rio de Janeiro)



Pós-doutor em Ciências Humanas pela PUC-RJ, é bacharel e mestre em Ciências Sociais (IFCS-UFRJ) e doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Atuante na área de QVT, é autor de vários títulos de livros sobre o tema e de artigos sobre trabalho humano. Coordenou vários encontros e seminários. Integrou a organização do 4º, 5º e 6º Encontro Nacional de Qualidade de Vida no Serviço. É professor de diversas disciplinas, em cursos de Pós-Graduação e Graduação, em várias universidades, entre elas a PUC-RJ, UnB e Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF).

No BC, coordenou diversos programas e eventos no BC, entre eles, “Política de Qualidade de Vida no Trabalho do Banco Central do Brasil” e “Programa BC Integral”. Junto à Secretaria Executiva, participou da implementação do projeto de Educação Financeira voltado à cidadania e o informativo regional Informe Rio. Organizou o tema Valorização das Regionais, ponto central da XXV AND, em novembro, na cidade de Belém.



Centrus Implantação de novo plano de benefícios

As providências para a implantação do Plano de Contribuição Definida - PCD estão em andamento, já tendo sido já aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Centrus. O PCD destina-se precipuamente aos servidores e ex-servidores detentores de fração patrimonial e aos demais servidores ativos do Banco Central que o patrocinará sem contribuições. A proposta encontra-se em exame para aprovação do Banco Central, seguindo-se a apreciação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

A implementação de mais um plano de benefícios não vai interferir na gestão e na situação financeira dos demais planos sob administração da Fundação (Plano Básico de Benefícios - PBB e Plano de Benefício Definido Centrus - PBDC), uma vez que, conforme estabelece a legislação, o patrimônio dos planos e as respectivas obrigações são segregados, não se comunicando em nenhum nível. O novo Plano se constitui na realização de antigo sonho da Fundação, qual seja recompor plenamente a sua finalidade e fazer parte da vida de todos os servidores do Banco Central.

Para tanto, a Centrus está trabalhando com afinco no sentido de se organizar de forma compatível aos desafios que a gestão do PCD certamente trará. Especial atenção vem sendo dispensada à área de TI, objetivando dotar a Fundação de modernos e eficientes sistemas de gestão e de controle, fatores importantes para que possa atender aos novos participantes e assistidos com o mesmo padrão de eficiência que tem norteado a sua atuação.

Tão logo aprovada a alteração regulamentar pela Previc, serão iniciadas as ações de divulgação e o processo de adesão.

Aruanã, entrada para o Vale do Araguaia

Sede Campeste da Asbac em Aruanã, em Goiás, foi inaugurada em 1996

Aruanã, localizada a 505 km de Brasília, oferece diversos atrativos culturais e passeios turísticos.

O nome da cidade vem de um peixe na língua indígena Karajá, o que reforça sua relação com a pesca e a vida ribeirinha. Mas, Aruanã não é apenas uma região pesqueira. O município é um paraíso ecológico localizado bem no encontro dos rios Vermelho e Araguaia,



recebendo todos os anos milhares de turistas em busca da beleza das praias e lagos, da fartura dos peixes, dos esportes aquáticos

e, é claro, das melhores festas e shows.

Com o objetivo de incentivar ainda mais o turismo na região, Aruanã tem grandes apresentações na Praça Couto Magalhães, às margens do Araguaia, e vários atrativos nas praias de água doce. Para os associados da Associação dos Servidores do Banco Central (Asbac), as vantagens são ainda maiores, já

que o clube mantém uma sede de *camping* e pesca na cidade. A Asbac Aruanã reúne o conforto da vida moderna com as belezas do campo, além de estar localizada a menos de 200 metros do centro da cidade.

O local possui oito quartos equipados com TV a cabo, frigobar e ar condicionado. Cada um hospede-



da até cinco pessoas. Nas áreas comuns há piscina, galpão com salão de jogos, TV, duas mesas de sinuca, churrasqueiras, freezer, micro-ondas e geladeira. Os associados interessados em visitar a Asbac Aruanã podem viajar com a van do clube.



Para os amantes da pescaria, há dois barcos motorizados.

O rio Araguaia está a 600 metros da sede. A pesca é proibida na piracema, entre outubro e março. Fora desse período é possível desfrutar do prazer da pesca esportiva ou ainda levar belos peixes para casa, como cachara, pintado, dourada e mandubé, entre outras espécies.





Praia do Centro-Oeste

O rio Araguaia, um dos mais belos das regiões Norte e Centro-Oeste é um dos maiores cartões-postais do Brasil.

Na cidade de Aruanã (GO), luxuosos e tradicionais acampamentos são montados em sua margem, com todo o conforto da vida moderna, como antenas parabólicas, sonorização, lazer, chuveiros de água quente e até mesmo heliportos.

Antiga Porto de Leopoldina, foi fundada em 1850 e até 1958 era o principal posto de abastecimento da antiga capital do Estado, hoje Cidade de Goiás ou Goiás Velho, como ainda é chamada. Além do nome de um peixe, Aruanã também significa uma dança da tribo Karajá, outrora uma imensa aldeia, invadida pelos brancos e que, ainda hoje, habita as margens do rio Araguaia.

O turismo em Aruanã não é constituído apenas de belezas cênicas. Possui um conjunto de atrativos, infraestrutura e serviços. A diversidade de espécies do Araguaia, e outros rios pertencentes à Bacia Amazônica, torna-o ideal à prática da pesca, principalmente a esportiva, segmento do Ecoturismo que vem crescendo significativamente em todo o país.

O artesanato local é representado por uma variedade de uso de matéria-prima – madeira, produtos naturais (coco, palha, argila, peixes taxidermizados) – e trabalhos em tecelagem e arranjos florais.

Aruanã, por estar situada a média distância da Cidade de Goiás (170 km), Goiânia (310 km), Anápolis (333 km) e Brasília (505 km), possui posição geográfica estratégica para o desenvolvimento do turismo.





Ação dos 28,86%

Em 14 de agosto, o diretor Jurídico e a advogada Ana Luísa verificaram na secretaria da 20ª Vara Federal de Brasília o andamento da execução da obrigação de pagar dos atrasados dos 28,86% (processo nº 0014657-98.1999.4.01.3400). Trata-se da ação do grupo 106, na qual estão sendo movidas duas execuções:

1ª) Execução da obrigação de fazer, para incorporação do índice (28,86%) à remuneração atual – teve algumas decisões judiciais não definitivas, das quais ambas as partes recorreram. Existem recursos pendentes no Superior Tribunal de Justiça. O primeiro argumento do Banco Central é de que não deve nada, pois os servidores tiveram aumento superior.

O segundo argumento é de que o aumento vai até agosto de 1993. O terceiro é de que o reajuste é devido até 1996.

2ª) Execução da obrigação de pagamento dos valores retroativos (1993 a 2013).

Passados dois meses do protocolo, a petição ainda estava sendo numerada. O protocolo foi registrado apenas no dia 16 de agosto. Deverá ainda ser enviada ao setor responsável por fazer um relatório.

Em seguida o processo será encaminhado concluso para a Juíza determinar a comunicação ao Banco Central, que só então terá que se manifestar sobre os cálculos.

O trâmite processual nesses dois meses já indica como a solução para a questão pode ser demorada.

Esse é um dos motivos pelos quais se torna razoável concentrar esforços na solução negociada. Ainda não se obteve sucesso no andamento da análise da possibilidade de acordo por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Não há informação se a Advocacia Geral da União se manifestou favoravelmente.

Dessa forma, não existe uma proposta de acordo por parte do Banco Central que possa ser analisada pelos servidores, seja a categoria como um todo ou apenas por integrantes da ação.



Cobrança do FGTS

No dia 14 de agosto, o diretor Jurídico do Sinal, Jordan Alisson Pereira, e a advogada responsável pela ação, Ana Luisa, se reuniram com a juíza da 20ª Vara Federal de Brasília, Adverci de Abreu, para tratar do mandado de segurança coletivo (processo nº 0023328-56.2012.4.01.3400) que questiona a cobrança do FGTS e está concluso para sentença.

Foi entregue um memorial sobre a ação e expostos argumentos para justificar uma decisão favorável aos servidores. Além disso, ressaltou-se que a falta de uma solução no processo coletivo acarretará o

surgimento de mais de mil ações individuais questionando a cobrança, o que prejudicaria a prestação jurisdicional. A Juíza se mostrou receptiva ao problema apresentado. Esperamos que logo tenhamos uma solução para o caso.

Esta ação, de número 1822 na página do Sinal, se refere aos saques legitimamente efetuados no FGTS, pelos servidores do BCB, durante o período de 1991 a 1996, cuja devolução agora é requerida pela Direção do Banco. Essa devolução, além de injusta, é indevida, pois, entre outros argumentos, estaria prescrita.

Comissão Especial da PEC 147/2012 é instalada na Câmara



Bruno Peres de Aguiar, Daro Marcos Piffer, deputado Mauro Benevides, Luís Carlos Paes de Castro, deputado José Mentor, Laerte Silveira Porto e Max Meira

Com a presença de mais de 20 parlamentares, a Câmara dos Deputados instalou, no dia 28 de agosto, a Comissão Especial que analisará o mérito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 147/2012, do deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que eleva a categoria de Especialista do Banco Central ao topo do Executivo.

Em cumprimento aos compromissos assumidos com as entidades sindicais, de compor a comissão especial com o mesmo colegiado que analisa a PEC 443/2009, que trata do subsídio do grau ou nível máximo das carreiras da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal, foram indicados para a presidência e relatoria os deputados José Mentor (PT-SP) e Mauro Benevides (PMDB-CE), também presidente e relator, respectivamente, da Comissão Especial da PEC 443/2009.

Participaram da sessão, representando o Sinal nacional, o presidente Daro Marcos Piffer e os diretores Iso Sendacz (Relações Intersindicais) e Luís Carlos Paes de Castro (Relações Externas). Pelo Sinal Brasília, o presidente Max Meira e os conselheiros Bruno Peres de Aguiar e Christian Pilz; pela Regional RJ, o conselheiro Laerte Silveira Porto.

Tramitação da PEC

A partir do dia 30 de agosto, teria início o prazo regimental de 10 sessões ordinárias (de plenário) da Casa para apresentação de emendas.

Após as 10 sessões, o relator pode apresentar seu parecer e colocá-lo em votação. Caso seja aprovada na Comissão Especial, a proposição seguirá ao plenário da Câmara para votação em dois turnos. A proposta precisará de, no mínimo, 308 votos a favor para seguir para tramitação no Senado.



Composição da Comissão Especial da PEC 147/2012

TITULARES	SUPLENTES
PT (10 Vagas)	
Alessandro Molon PT-RJ (Gab. 652-IV)	Luiz Couto PT-PB (Gab. 442-IV)
Amauri Teixeira PT-BA (Gab. 237-IV)	Nelson Pellegrino PT-BA (Gab. 826-IV)
Décio Lima PT-SC (Gab. 218-IV)	Paulão PT-AL (Gab. 366-III)
José Mentor PT-SP (Gab. 502-IV)	Vicente Candido PT-SP (Gab. 819-IV)
Vago	Vago
PMDB (8 Vagas)	
Manoel Junior PMDB-PB (Gab. 601-IV)	Marçal Filho PMDB-MS (Gab. 448-IV)
Mauro Benevides PMDB-CE (Gab. 607-IV)	Rogério Peninha Mendonça PMDB-SC (Gab. 656-IV)
Osmar Serraglio PMDB-PR (Gab. 845-IV)	Vago
Wilson Filho PMDB-PB (Gab. 534-IV)	Vago
PSDB (6 Vagas)	
Bonifácio de Andrada PSDB-MG (Gab. 208-IV)	Andreia Zito PSDB-RJ (Gab. 636-IV)
Otávio Leite PSDB-RJ (Gab. 225-IV)	Vago
Reinaldo Azambuja PSDB-MS (Gab. 572-III)	Vago
PSD (6 Vagas)	
Felipe Bornier PSD-RJ (Gab. 216-IV)	Júlio Cesar PSD-PI (Gab. 944-IV)
Vago	Moreira Mendes PSD-RO (Gab. 943-IV)
Vago	Armando Vergílio PSD-GO (Gab. 816-IV)
PP (4 Vagas)	
Jerônimo Goergen PP-RS (Gab. 316-IV)	Luiz Fernando Faria PP-MG (Gab. 339-IV)
Roberto Balestra PP-GO (Gab. 219-IV)	Toninho Pinheiro PP-MG (Gab. 584-III)
PR (4 Vagas)	
Gorete Pereira PR-CE (Gab. 206-IV)	Bernardo Santana de Vasconcelos PR-MG (Gab. 854-IV)
Vaga cedida ao PTdoB	Lincoln Portela PR-MG (Gab. 615-IV)
PSB (4 Vagas)	
Valadares Filho PSB-SE (Gab. 660-IV)	Vago
Valtenir Pereira PSB-MT (Gab. 913-IV)	Vago
DEM (4 Vagas)	
Davi Alcolumbre DEM-AP (Gab. 231-IV)	Eli Correa Filho DEM-SP (Gab. 519-IV)
Vago	Vago
PDT (2 Vagas)	
Vieira da Cunha PDT-RS (Gab. 711-IV)	João Dado PDT-SP (Gab. 509-IV)
PTB (2 Vagas)	
Arnaldo Faria de Sá PTB-SP (Gab. 929-IV)	Antonio Brito PTB-BA (Gab. 479-III)
Bloco PV/PPS (2 Vagas)	
Augusto Carvalho PPS-DF (Gab. 941-IV)	Vago
PSC (2 Vagas)	
Antônia Lúcia PSC-AC (Gab. 444-IV)	Costa Ferreira PSC-MA (Gab. 554-IV)
PCdoB (2 Vagas)	
Chico Lopes PCdoB-CE (Gab. 310-IV)	Vago
PSOL (2 Vaga)	
Chico Alencar PSOL-RJ (Gab. 848-IV)	Vago
PRB (2 Vaga)	
Cleber Verde PRB-MA (Gab. 710-IV)	Vago
PTdoB (1vaga)	
Lourival Mendes PTdoB-MA (Gab. 937-IV) - vaga do PR	

Consulta pública propõe mudanças no Estatuto da Pessoa com Deficiência

Até o dia 1º de outubro, as pessoas interessadas podem sugerir mudanças no projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência (PL 7699/06), do Senado, que está em análise na Câmara. As sugestões devem ser feitas pela internet, por meio do portal *e-Democracia*.

A relatora do estatuto, deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), informou que em setembro serão promovidas audiências públicas nos estados para divulgar o projeto e ensinar as pessoas a utilizar o e-Democracia.

Depois dessa data, a deputada vai analisar as sugestões e decidir quais serão acolhidas em seu relatório. Ela pretende concluir o texto final ainda em outubro, para que a matéria seja votada logo no plenário da Câmara.

Participação

A parlamentar espera que a sociedade ofereça várias sugestões ao texto, especialmente a população diretamente interessada: “Esse é o Estatuto da Pessoa com Deficiência e é a pessoa com deficiência no Brasil que tem de construir esse texto”.

A partir de setembro, o projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência vai ser também apresentado no portal e-Democracia em Libras, a Língua Brasileira de Sinais. O objetivo é permitir que a população surda que se comunica em Libras também possa oferecer contribuições ao texto. Além disso, uma ferramenta no portal permite que pessoas com deficiência visual tenham mais facilidade para consultar o site.

Convenção da ONU

O texto do estatuto disponível no portal *e-Democracia* já está adequado à convenção da Organização das Nações Unidas que trata dos direitos das pessoas com deficiência. A convenção da ONU foi aprovada em Nova York em 2006 e ratificada pelo Brasil em 2008 por meio do Decreto Legislativo 186/08, promulgado com status de emenda à Constituição.

O grupo de trabalho que tratou da adequação do Estatuto à Convenção foi formado por juízes, representantes do governo, do Ministério Público e da sociedade civil.

(Agência Câmara)





Requerimento de votação da PEC 555/2006 depende de assinatura do líder petista

O Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), com apoio de entidades sindicais, entre elas o Sinal, realizou em 10 de setembro o 3º Encontro Nacional, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, para pedir a inclusão da proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006 na ordem do dia.



Paulo Lino (à direita), dirigente do Sinal SP, é um dos coordenadores da Frente São Paulo pela PEC 555

A proposição do ex-deputado Carlos Mota (PSB-MG) extingue, em cinco anos, a contribuição de servidores aposentados e pensionistas à Previdência Social, estabelecida pela reforma de 2003.

O requerimento de urgência para a votação da matéria no plenário da Casa, elaborado em março, ainda depende da assinatura do líder da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), José Nobre Guimarães (CE).



Delegação do Sinal no Encontro Nacional pela PEC na Câmara dos Deputados - Março, 2013

PEC 555 - Não existem mais razões para protelação

João Dado | Deputado Federal (PDT/SP)

Transcorridos 10 anos desde a promulgação da Reforma da Previdência – EC 41, DE 2003, o Congresso Nacional não pode mais hesitar em corrigir equívocos e injustiças cometidos naquela oportunidade. Defendo, por isso, a imediata inclusão na pauta deste Plenário da Proposta de Emenda à Constituição nº 555, de 2006, que extingue gradativamente a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas.

A justificação da PEC 555, de autoria do Deputado Carlos Mota, afirma, com propriedade, que a contribuição previdenciária de inativos e pensionistas foi instituída em circunstâncias muito específicas e com fundamento em premissas inverídicas. Alegava-se, à época da tramitação da reforma previdenciária, instituída pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003, que sua aprovação seria indispensável para o saneamento das contas públicas.

Em pouco tempo, percebeu-se a fragilidade daquele argumento, e se verificou, ao contrário, que seria necessário repensar algumas das medidas então aprovadas.

O desconto de contribuições previdenciárias de servidores inativos e de pensionistas é absurdo; se não configura um verdadeiro confisco, representa, pelo menos, uma forma arbitrária de reduzir os valores das aposentadorias e pensões.

Apresentada três anos após a Reforma da Previdência, a PEC 555 teve, desde o início, tramitação lenta. Em 2009, por exemplo, precisei requerer a instalação imediata da Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre ela, providência que tardava embora os partidos já tivessem feito as indicações de seus representantes.

Mais tarde, ofereci voto em separado na Comissão, para extinguir a cobrança de todos os aposentados e pensionistas, e não apenas dos que por ocasião da reforma estavam recebendo os benefícios ou já tinham cumprido todos os requisitos para sua obtenção.

Em julho de 2010, a Comissão Especial aprovou o substitutivo do relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá. Conforme esse texto, a contribuição terá seu valor reduzido em vinte por cento a cada ano, a partir do sexagésimo primeiro aniversário do titular do benefício; deixará de ser exigida quando o titular do benefício completar a idade de 65 anos, e não será cobrada na hipótese de invalidez permanente do titular do respectivo benefício. Além disso, as novas normas se aplicarão imediatamente a todas as contribuições previdenciárias incidentes sobre proventos de aposentadoria e pensões instituídas no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

É uma proposta justa, que repara o erro praticado na votação da Reforma da Previdência. Na verdade, a contribuição de inativos jamais deveria ter sido aventada e, muito menos, implementada.



No entanto, apesar de sua importância, de ter recebido parecer favorável da Comissão Especial, e de estar pronta para vir ao Plenário há mais de três anos, a PEC 555 até hoje não foi apreciada.

Deste então, 512 Requerimentos de inclusão na pauta foram protocolados por um grande número de Deputados, que vão se acumulando sem atendimento.

Não existem mais razões para protelação. Estamos envidando todos os nossos esforços, junto aos nobres líderes partidários para que a matéria seja prontamente pautada, e a Câmara dos Deputados comece a reparar a injustiça praticada há 10 anos contra os servidores aposentados e pensionistas.



Ex-servidor do Banco Central, o deputado João Dado é Agente Fiscal de Rendas do Estado de São Paulo, licenciado



Fazenda convoca bancos privados a financiar projetos

Governo oferece aval e sugere consórcios para garantir sucesso do megaprograma de leilões de infraestrutura

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, convocou na terça-feira, 27 de agosto, os bancos privados a participarem mais ativamente dos financiamentos dos clientes nos leilões de infraestrutura. O governo precisa que esses bancos assumam um compromisso de longo prazo para garantir o sucesso da nova rodada do megaprograma de leilões marcada para a semana seguinte.

A ideia é que as instituições privadas se juntem aos bancos públicos em consórcios. Em troca, o governo acenou com a possibilidade de garantir parte dos projetos com o fundo de aval criado em abril para este fim.

A proposta fora colocada em reunião do ministro com cinco dos maiores bancos brasileiros - Banco do Brasil, Caixa, Itaú, Bradesco, Santander e BTG. Os leilões devem movimentar R\$ 400 bilhões, dos quais R\$ 300 bilhões necessitarão de financiamentos, conforme antecipara o jornal Brasil Econômico em reportagem publicada no dia 23 de agosto.

“Vamos trabalhar para estruturar um consórcio de bancos públicos e privados, pois o país precisa se modernizar, se tornar mais eficiente e competitivo, para poder crescer”, disse em nota Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do Bradesco. “Mas é um desafio que exige esforço e união de todos, dado que o

processo de concessão, pelo seu tamanho, envolve valores superlativos. A questão dos riscos também merece uma abordagem cuidadosa, para evitar insegurança às partes”, completou.

“O crescimento do Brasil nos próximos anos estará vinculado principalmente aos investimentos em infraestrutura. Vamos continuar expandindo a oferta de crédito para o fortalecimento e o crescimento da economia brasileira” disse, também em nota, o presidente do Itaú, Roberto Setubal.

“Os bancos públicos e privados analisaram os diferentes aspectos dos futuros leilões, em especial o do próximo dia 18 de setembro, de rodovias. Foram debatidas diversas ideias para garantir que os leilões sejam um grande sucesso.

O Santander está comprometido com o tema e apoiará todas as iniciativas para o desenvolvimento da infraestrutura do País”, diz o presidente do Santander Brasil, Jesús Zabalza.

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Antonio Henrique Silveira, disse que o governo está pronto a oferecer garantias a esses consórcios, citando o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), com recursos de R\$ 11 bilhões e ligado à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e de Garantias (ABGF), criado em abril deste ano pelo decreto 7.976.



Dilma Rousseff visita obra da Ferrovia Norte-Sul em Goiás

O fundo deve entrar em operação até o final do ano, e vai consolidar outros menores que estão espalhados e somam hoje aproximadamente R\$ 22,5 bilhões em recursos aportados pelo Tesouro Nacional. “Mas não existe discussão sobre o governo eliminar todos os riscos dos financiamentos”, afirmou o secretário. A reunião em um consórcio - modalidade conhecida no exterior como empréstimo sindicalizado - ajuda a diluir os riscos associados aos projetos, que é a preocupação principal dos bancos.

Márcio Giannico, gerente executivo da diretoria comercial do Banco do Brasil, lembra que esses consórcios já existem, mas, dado o volume a ser leiloado em prazo tão curto, como nunca antes aconteceu no país, é preciso garantir a participação, compromisso e envolvimento de todos os grandes *players*. Giannico explica ainda que esses consórcios devem decidir depois quais modalidades de financiamento são mais adequadas a cada projeto, dependendo da área, prazos e taxas de retorno.

“A ideia é boa, mas os bancos privados não vão entrar em nenhum projeto sem antes fazer uma análise de viabilidade financeira e dos retornos”, diz o advogado Fernando Henrique Cunha, sócio do escritório FHCunha. Cunha, que atua há mais de 20 anos na área, boa parte deles na Camargo Correa, diz que problemas nos editais e na própria formatação dos leilões podem ter deixado os bancos privados (principalmente os estrangeiros) reticentes em participar.

Outro advogado, que preferiu não se identificar, disse que o fundo de aval de R\$ 11 bilhões parece pequeno demais para as necessidades. “Pode ser um modelo do tipo Finep, que garante o principal do investimento sem os juros. Para ele, a ideia dos consórcios pode funcionar, mas como os projetos são de longo prazo, “nenhum banco vai ficar sentado sobre os empréstimos”, disse, sugerindo que haverá securitização.

(Brasil Econômico, 28/08/2013)

Proposta prevê prisão para organizadores de pirâmides financeiras

Promotores de Justiça e procuradores da República querem mudar a lei para permitir a prisão de envolvidos com pirâmides financeiras. Nos últimos três meses, três empresas tiveram as atividades bloqueadas no País por suspeita de praticarem esse crime. Juntas, elas captaram dinheiro de cerca de 1,5 milhão de pessoas.

A ideia é elevar a pena mínima para dois anos de detenção. Como a atual é de seis meses, o réu pode escapar da prisão se optar pelo instrumento jurídico conhecido como suspensão condicional do processo.

“A punição é praticamente nula [nesse caso]. Ele [réu] vai ter de ir diariamente até Vara Criminal [onde o processo foi apresentado] assinar uma folha de papel e comunicar o juiz se for se ausentar por mais de 30 dias da cidade”, diz José Augusto Peres, promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MP-RN) e um dos idealizadores do anteprojeto de lei. “Uma besteira para quem ganhou milhões [com a fraude].”

A proposta deve ser apresentada ao Ministério da Justiça na semana que vem, na forma de um anteprojeto de lei. O texto vem sendo rascunhado desde julho por Peres e a versão final será concluída nesta semana, em Goiás, numa reunião entre o promotor e os procuradores da República em Goiás Hélio Telho e Mariane de Mello.

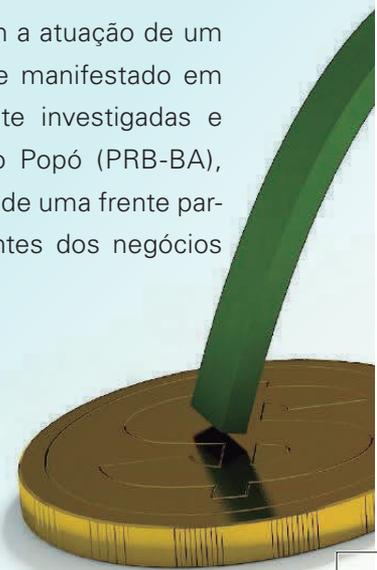
Resistência na Câmara

A ideia é permitir que a prática de pirâmide seja considerada crime contra a ordem econômica, quando a fraude se limitar a um município ou Estado, e em crime contra o sistema financeiro nacional, quando se espalhar por mais de uma Unidade da Federação. Nesse último caso, a pena máxima pode ser maior. “A nossa ideia é aumentar a pena para talvez de dois a oito anos”, afirma Mariane, do Ministério Público Federal em Goiás (MPF-GO).

No Congresso, a receptividade da mudança deve ser positiva, avalia o procurador da República em Minas Gerais, Carlos Bruno Ferreira da Silva. No dia 21 de agosto, ele apresentou a proposta numa audiência pública realizada na Câmara dos Deputados.

“Houve um consenso que pirâmide é um crime grave e tem que ser fortemente perseguido”, diz Silva. “Os deputados demonstraram grande interesse em aumentar as penas.”

Há preocupação, entretanto, com a atuação de um grupo de deputados que tem se manifestado em defesa das empresas atualmente investigadas e contra as investigações. Acelino Popó (PRB-BA), por exemplo, prometeu a criação de uma frente parlamentar para apoiar os integrantes dos negócios bloqueados pela Justiça.





'Rastilho de pólvora'

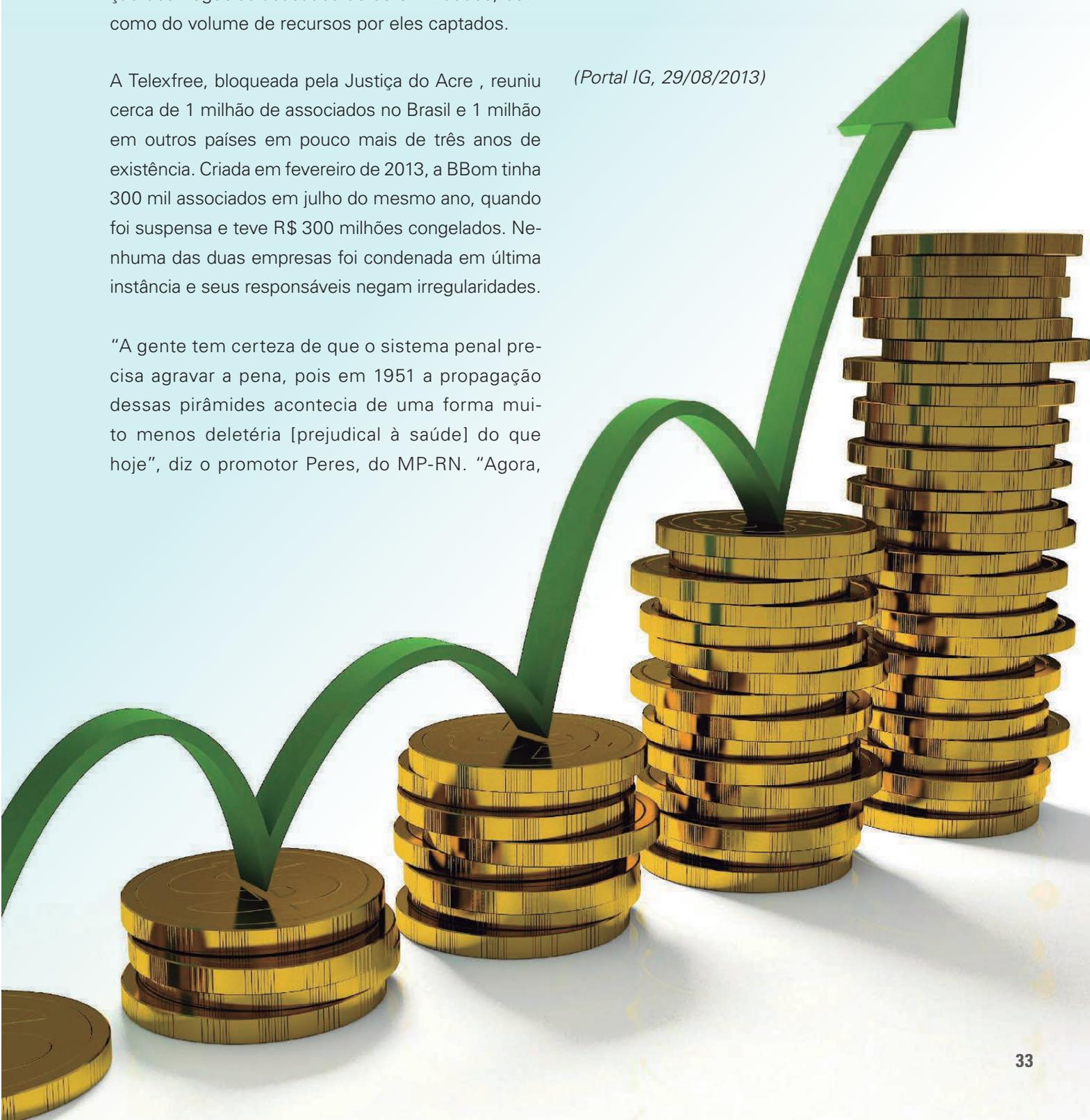
A lei que criminaliza as pirâmides financeiras no Brasil é de 1951, muito anterior ao surgimento da internet, que ampliou o alcance e a velocidade de propagação dos negócios acusados de serem fraudes, bem como do volume de recursos por eles captados.

A Telexfree, bloqueada pela Justiça do Acre, reuniu cerca de 1 milhão de associados no Brasil e 1 milhão em outros países em pouco mais de três anos de existência. Criada em fevereiro de 2013, a BBom tinha 300 mil associados em julho do mesmo ano, quando foi suspensa e teve R\$ 300 milhões congelados. Nenhuma das duas empresas foi condenada em última instância e seus responsáveis negam irregularidades.

"A gente tem certeza de que o sistema penal precisa agravar a pena, pois em 1951 a propagação dessas pirâmides acontecia de uma forma muito menos deletéria [prejudicial à saúde] do que hoje", diz o promotor Peres, do MP-RN. "Agora,

elas se propagam como rastilho de pólvora e você consegue lesar um volume muito maior de pessoas. Isso merece também uma resposta maior por parte do Poder Público."

(Portal IG, 29/08/2013)



Mônica Botafogo, *in memoriam*

João Marcus Monteiro | Vice-Presidente e Gestor Administrativo do Sinal-RJ

Uma das mais queridas fundadoras do Sinal, Mônica Pereira Pinto Botafogo, faleceu no dia 2 de junho, aos 72 anos, em Itaipava, interior do estado do Rio de Janeiro. Carioca, Mônica foi desde cedo estudiosa, curiosa e preocupada com o mundo. Estudou Letras Clássicas na então Faculdade de Filosofia, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Viajou pelos principais países europeus aperfeiçoando seus conhecimentos humanísticos. Foi aprovada no primeiro concurso para o Banco Central, em 1972, onde, sob a chefia do Dr. Roberto Gouveia deu seus primeiros passos de eficiente funcionária. Surge então sua militância política, sempre voltada pela dignificação do funcionário do BCB, entendendo só ser possível num sistema de justiça social.

Defendeu e se envolveu na luta pela criação do primeiro plano de cargos dos servidores do Bacen. Esteve entre os 19 servidores demitidos, posteriormente readmitidos em consequência da anistia concedida pela promulgação da Constituição de 1988.

Foi dirigente da Associação dos Funcionários do Banco Central (AFBC) e do Sinal RJ, presidindo a assembleia de fundação do sindicato, em 18 de outubro de 1988, junto com Livia Maria e Júlio Madeira. Quando



a imagem de Mônica Botafogo entre duas fileiras de policiais militares ilustra uma das paredes do Sinal RJ. Na época, o delegado regional solicitara a presença da polícia com o objetivo de reprimir os funcionários que, à porta da Administração do Departamento do Rio de Janeiro (ADRJA), na Avenida Presidente Vargas, no Centro, lutavam por melhores condições de trabalho.



Em sua homenagem, e a pedido do Sinal, seu amigo Agostinho Chaves de Mello, também aposentado do Bacen, registrou:

“Trabalhei com Mônica durante vários anos, desde que entrei no Banco Central em 1977, até meados de 1987. Novato no Banco, ela me viu num corredor, começamos a conversar e ela, naquele jeito decidido de ser, disse: ‘Você vai trabalhar comigo’.

A partir daí foram anos de convivência e degustação dessa pessoa ímpar, incrível, que marcou muito minha vida. É difícil definir Mônica em poucas palavras. Apaixonada pelo ser humano, por sua diversidade, suas múltiplas personalidades e idiossincrasias, era por consequência uma humanista, no verdadeiro sentido do termo.

Apesar de não se mostrar religiosa, tinha uma visão cristã do ‘outro’, na sua constante intenção de ajudar, de apoiar o próximo, o amigo. Muito culta e aristocrática, era também corretíssima e muito ética. Dona de uma personalidade fortíssima quando se tratava de defender seus valores, era por outro lado muito afetuosa com os amigos e derretia-se toda diante das crianças, a quem amava incondicionalmente, que o digam os seus netos, agora todos adultos.

Sofreu desde cedo com dores e grandes limitações por força de artroses e artrites, e mais tarde problemas pulmonares que lhe tiravam as forças diante do menor esforço, mas a tudo suportava sem reclamações ou queixumes. E assim foi até o fim.

Como profissional, sua competência e inteligência levou-a cedo a ser chefe de um setor, quando eram ainda raras as mulheres em cargo de chefia no Bacen. E quando defendia uma posição, encurralava chefes e superiores pela inteligência fina e grande poder de argumentação.

Todos a conheceram também pela atuação corajosa como sindicalista, sinaleira de primeira hora, na altivez da greve de 1989, a oradora vibrante e destemida.

Nos últimos anos, optou por afastar-se da cidade grande e retirou-se para a serra, para uma vida mais tranquila e pacata, mas sempre atenta com as novidades e turbulências do mundo moderno. Foi lá que a vi pela última vez.

Marcou de alguma forma a todos que a conheceram e compartilharam de sua companhia.

De minha parte, fica a enorme saudade pela ausência da querida amiga e a sensação de ter sido um privilegiado por um dia tê-la conhecido e participado de sua afetividade.”



Dirigente do Sinal RJ coordena projeto que preserva memória do Mestre do Choro

Com o apoio da Petrobras, projeto é coordenado pelo colega Sergio Prata, recém aposentado do Banco Central do Brasil.

Músico, Prata é diretor de Pesquisa do Instituto Jacob do Bandolim e de Preservação e Memória do Sinal RJ.

Jacob Pick Bittencourt, o carioca Jacob do Bandolim, além do instrumentista genial que foi, deixou como autor um sem número de obras de repercussão internacional, tornando-se, paralelamente, um pesquisador emérito da música brasileira, e do choro em particular, reunindo durante sua breve vida, um dos maiores acervos musicais do Brasil.

A parte mais substancial desse acervo, contendo arquivos sonoros, fotos, manuscritos e documentos, totalizando cerca de 10 mil itens, destacando-se 6 mil partituras de música brasileira, foi entregue a guarda do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS/RJ), quando do seu falecimento, aos 51 anos, em 1969.

Entretanto, na época, uma significativa parte desse acervo ficou de posse da família Bittencourt, tendo



sido entregue, em 2002, a guarda do Instituto Jacob do Bandolim (IJB), entidade fundada por Elena Bittencourt, filha de Jacob, e que reúne músicos e estudiosos da música brasileira, dentre eles: Déo Rian, bandolinista, herdeiro musical de Jacob e atual presidente do Instituto, os escritores Sergio Cabral e Hermínio Bello de Carvalho, que conviveram com o mestre do bandolim, além de estudiosos do choro, como os músicos Sergio Prata e Pedro Aragão.



O item principal desse acervo eram as cerca de 200 fitas magnéticas de rolo, as quais se encontravam em sério risco de perecibilidade. Elas receberam um tratamento emergencial, tendo o seu conteúdo integralmente transportado para um HD, faltando ainda a sua identificação, divisão em faixas para possibilitar a pesquisa, criação de um catálogo e o principal, a sua disponibilização ao público em geral.

O projeto de recuperação desse valioso acervo, formulado pelo Instituto Jacob do Bandolim, foi então selecionado pelo Programa Petrobrás de Cultura 2012/2013, o que garantirá as condições para sua total recuperação, tendo a sua conclusão prevista para o 2º semestre de 2014. Cabe destacar, que o referido acervo sonoro, com cerca de 400 horas de gravações musicais, realizadas entre meados da década de 50 até 1969, trata-se de um dos últimos grandes tesouros musicais da música brasileira, ainda inédito para pesquisadores, ou seja, um vastíssimo material para quem quiser conhecer a cena musical brasileira na primeira metade do século XX.

Nele poderão ser ouvidas cerca de 3 mil faixas musicais produzidas a partir do material reunido por Jacob do Bandolim em seus gravadores de rolo, contendo: discos de cera da Casa Édison; programas de rádio com arranjos musicais para orquestras, que foram apresentados apenas no dia em que o programa foi ao ar, entrevistas com grandes nomes da música brasileira e os famosos saraus que Jacob realizava aos sábados, em sua casa em Jacarepaguá, dentre outros tesouros.

Esse projeto, que está sendo realizado pelo IJB, tem a coordenação geral de Sergio Prata, consultoria musical de Déo Rian e produção executiva de Lucia Romano.



Sergio Prata ingressou no Banco Central em maio de 1993



Focos para a qualidade de vida

Cleide Napoleão | Funcionária aposentada do BCB, licenciada em História pela FFLCH-USP

Qualidade de Vida é lutar contra as dores da humanidade. Vida dolorida não tem qualquer qualidade. E não há como ser estritamente corporativista nesta luta. A dor do outro nos atinge. E o meio socioambiental não pode ser fatiado. É abrangente, difuso, interligado.

O primeiro foco da QV está na felicidade das pessoas. O que fazer para melhorar a nossa vida e a de todos nós neste mundo? Tirar do papel e dar vida à paz, segurança, moradia, emprego, saúde...

O segundo foco da QV está na preservação do meio ambiente. Óbvio. Nossas vidas dele dependem.

O que eu tenho feito pelo meio ambiente? O meu lixo vai dizer: latas, garrafas pet, papel, vidro, restos de alimentos... Quem recicla sabe. O lixo que descarto vai dizer da minha relação com o meio ambiente, o que estou dele subtraindo (minérios, petróleo, árvores...) e o que estou lhe devolvendo.

Reciclar é uma boa medida, mas não é a panaceia. É um modo de adiar o descarte do lixo. Muito mais efetivo do que o reciclar é o consumir consciente. Significa escolher produtos fabricados nas proximidades, com menor emissão de carbono para chegar até o consumidor. Produtos que tenham seus componentes e meios de produção mais harmonizados com o conceito da sustentabilidade. A economia dos recursos não renováveis norteando a decisão do consumidor vai depredar menos o planeta.





Uma proposta econômica sustentável para os governantes do mundo é o protecionismo cidadão. Consiste em viabilizar política pública que priorize o consumo de produtos nacionais, beneficiando assim o meio ambiente, a empregabilidade e a balança de pagamentos.

Parece um retrocesso? As trocas internacionais no grande feudo global continuarão existindo, na medida das necessidades e disponibilidades regionais e nacionais. Na medida, por que não esperar, do aumento da cooperação e solidariedade entre as nações.

O protecionismo cidadão parte do consumo e do consumidor. É horizontal. E desbanca a guerra protecionista espoliativa que beneficia apenas poucos grupos econômicos multinacionais mais poderosos que ditam as políticas econômicas governamentais da “civilização democrática ocidental”, através de seus testas-de-ferro do poderio local.

Atrás da fachada de “bem estar social” sofrem as nações de pseudodemocracia política e de nula democracia econômica. Aprofunda-se o fosso entre países pobres e ricos, entre pessoas pobres e ricas. Agora é o monstro do consumo que precisa ser domado, por meio de escolhas pessoais de consumo consciente.

Mas para isto temos que conquistar o direito de saber o que estamos comprando. Já temos legislação que obriga o fabricante a discriminar os componentes de um produto. Excetuando os transgênicos. Por quê? Porque é outra mina de ouro dos grandes de fora, com suas sementes e adubos cada vez mais caros, com a alta do dólar.

Então, de onde vem o produto? Temos o direito de saber, não? Por exemplo, através de um selo de na-

cionalidade do produto, retratando o percentual de componentes produzidos naquela nação, em relação aos insumos importados.

Embora nas prateleiras de supermercados encontrem-se atraentes produtos que vem dos confins do mundo, às vezes a preços menores do que os produtos nacionais, é preciso saber que a QV depende de cada um consumir menos, cortar o supérfluo e preferir o que veio de perto.

Se ao nascermos e nos multiplicarmos durante muitos milhares de anos pouco influímos no meio ambiente, hoje é bem diferente. Éramos lesmas 500 anos atrás. Somos libélulas de 100 anos para cá.

A explosão demográfica combinada ao florescer científico-tecnológico potencializou a ação do ser humano sobre o planeta e dentro dele, revolvendo seu íntimo cada vez mais fundo. Acelerando sua depreciação. A linda libélula tem poder de fogo.

Desmatando, desertificando, poluindo, extinguindo espécies, assoreando, barrando, mudando o curso dos rios, a humanidade passou a influir cada vez mais no curso e intensidade das catástrofes climáticas e geológicas. Não há como negar, catastrofista ou não, a presença predatória do ser humano.

Profecias sempre existiram sobre o fim do mundo, talvez espelhadas na noção de nossa própria finitude. De vez em quando esbarramos nas calçadas com esses arautos do apocalipse. O medo se aguçava em fases de crise climática ou econômica, que vem se intensificando.

Desde 2007, 2008, somos fustigados pelas marolas ou maremotos especulativos, agora cambiais, que alavancam inflação, carestia, desemprego e concentração de renda, no velho e novo mundo.



Salta agora ao primeiro plano do cenário da novela humana o incremento das guerras em vários países, o desgoverno em nosso país, o povo em geral alijado da luta pela divisão das riquezas dentro dessas nações, e entre elas, na disputa de grandes negócios, alianças políticas e posições estratégicas no tabuleiro bélico.

Em 2014 serão 100 anos passados após a primeira guerra mundial. É aterrador pensar como aumentou o poder de destruição de uma grande guerra, desde os primórdios do uso da pólvora.

A guerra fria do século passado entrou no novo milênio esquentando. As danças diplomáticas e as ações de organismos internacionais lograrão conter a ação bélica unilateral de um ou dois países? Do gás napalm no Vietnã ao sarin, na Síria, o que esperar? Violência faz violência. Guerra faz guerra. A bala está novamente na agulha.

Mortos e feridos despelados vivos aparecem hoje na TV, enquanto cresce assustadoramente a população de refugiados. A história ameaça repetir-se mais feia, novamente com estadistas cegos a jogar mais gasolina na fogueira da Síria e do mundo. Como desarmar a violência? Necessariamente com a paz.

O apetite dos maiorais por recursos naturais não renováveis, especialmente do novo mundo – onde o Brasil encanta e atrai pela abundância – aumenta na mesma proporção do escassear de tais recursos. A história tem mostrado como o petróleo inflama as guerras e nem ao menos promove a distribuição da renda, dentro da nação de cujo solo é tomado. É o ouro negro destinado a engrandecer mais e mais os grandes.

Mesmo debaixo do pré-sal, ele já não é nosso. Nossa só é a disputa da partilha dos *royalties*. São as miga-

lhas do banquete dos beneficiários das concessões que apressadamente já são feitas, com ou sem o aval das baleias e dos brasileiros.

Também sem nosso aval continuamos a pagar uma dívida pública jamais auditada. Entra e sai governo e a dívida vai sendo obscuramente “rolada”. Pouco se fala contra essa impunidade dos nossos velados credores e seus mantenedores a sangrar anualmente mais de 40% do Orçamento Público. Além disso, há que engordar o *superavit* primário exigido pelos credores também aumentando a carga tributária.

O resultado é o aviltamento do poder aquisitivo do salário dos trabalhadores e o sucateamento ou falência de serviços públicos básicos. É o “cobertor curto” dos municípios que não conseguem responder às vozes das ruas.

Lutar por melhorias é uma questão de escolha. Quais os inimigos da QV? Quais mirar?

QV é conseguir uma cadeira apropriada à nossa coluna na posição sentada. E calçadas largas, pistas para correr, bancos nas praças e mais praças. É atualizar a base de isenção de imposto de renda para até 9 salários mínimos, como era antes. Sonho de consumo de trabalhadores.

Mas também é procurar nossa turma para conseguir salvar o planeta. Tirar a cadeira de cima do barril de pólvora. Tirar o poder de acender o pavio de quem o detém em nosso nome. Tirar o pavio.

O terceiro foco da QV é lutar pela paz. Nós que sofremos uma Guerra Mundial ou que tivemos a felicidade de nascer depois delas, que não queremos uma terceira.

Escrevo por isto. Focos. O pior sedentarismo é o

das mentes. Pode ser evitado com a luta por nossos direitos a um mundo melhor. E o sedentarismo do corpo, este combatemos com movimento.

O mundo ser um lugar confortável, inóspito ou inabitável hoje depende de nossa escolha. Escolhas coletivas e individuais.



Criança tem de imaginar – e revirar



A página na rede social atraiu depoimentos e narrativas de mães, pais e avós que identificaram traquicines e relatos de experiências pessoais, com publicações de fotografias e ilustrações. Aliás, tudo isso ainda poderá, quem sabe, render outra obra...

Além de momentos engraçados, o livro mostra também a importância de as crianças aprenderem, desde cedo, até onde podem ir, ensinando os limites. “Atitudes trazem consequências”, afinal, “se tem uma coisa que todo menino revirado tem de sobra é isto: imaginação!”.

E você, incentiva a imaginação dos meninos?

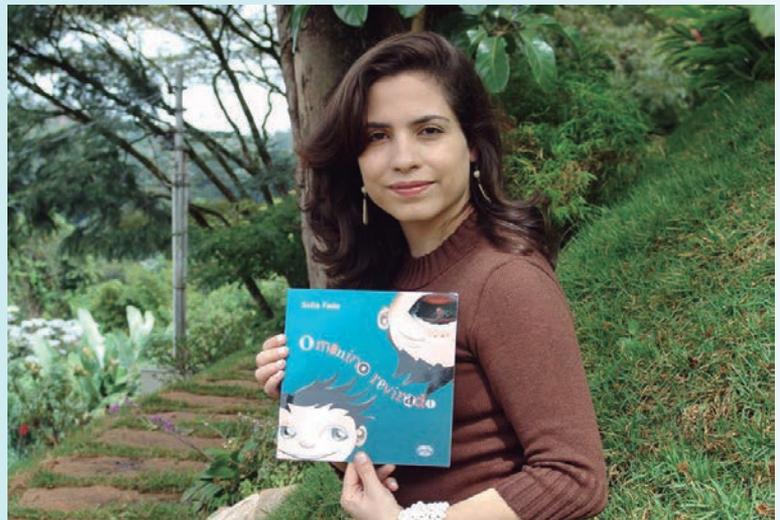
(www.facebook.com/meninoevirado)

Em meados de agosto, a escritora Sofia Fada reuniu crianças de todas as gerações ao autografar *O menino revirado*, no Salão do Livro Infantil e Juvenil de Minas Gerais, na Serraria Souza Pinto, em Belo Horizonte.



O livro conta a história de João Cabeça de Melão, que fazia tudo ao contrário. Roupa, só vestia do lado do avesso. Engatinhava para trás, feito caranguejo. E trocava tudo de lugar. Colocava ovo no banheiro, escova de dentes no galinheiro, açúcar no lugar de farinha. Que criança nunca virou a casa de pernas para o ar?

Ele é um pouco mais bagunceiro do que maioria das crianças. Um menino diferente. Diferente de tudo quanto é gente, comenta a autora em página do *Facebook* dedicada especialmente ao personagem central da obra.



Sofia Fada, autora de *O Menino Revirado*



O QUE É MAIS IMPORTANTE PARA VOCÊ?

FENASBAC SEGUROS

VIDA EM GRUPO E MASTER

- Vida Master*, de 55 a 80 anos, **sem avaliação médica** e faixas de R\$ 10 mil a R\$ 80 mil;
- Único com cobertura de invalidez acidental para cônjuge;
- Seguros de Vida em Grupo, Individual e Casal, de 14 a 64 anos, faixas de até R\$ 300 mil, garantia **ICATU Seguros**;
- Planos a partir de R\$ 16,07 mensais;
- Coberturas por morte natural, acidental com pagamento em dobro e invalidez por doença ou acidental.

Atendimento direto FENASBAC:

0800-646-1055 (61) 3323-1055

SEGURO AUTO E RESIDÊNCIA

No segmento de ramos elementares (veículos e residenciais) é operado diretamente pela parceira Liberty Seguros, que oferece amplos pacotes de serviços e coberturas no Plano Affinity.

- Parcelamento em até 11x sem juros;
- Primeira parcela em até 35 dias;
- Sem custo de apólice.

Atendimento via **parceria Liberty**:



4004-4222
(Capitais e Regiões Metropolitanas)

0800-709-4222
(Demais localidades)

WWW.FENASBAC.COM.BR



CONHEÇA NOSSA FAN PAGE
NO FACEBOOK

Fenasbac
Federação Nacional de Associações
dos Servidores do Banco Central

